



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 09 de abril de 2025

05 Páginas / Ano 9 / Edição nº 906



LEIS

LEI nº. 3042/2025

EMENTA: Cria tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e outras de que tratam as Leis Complementares Federais nº 123/2006, 128/2008 e 139/2011, e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Dimas Alberto Faria Correa.

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º Nas contratações públicas da Administração Municipal deverá ser concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

§1º Os preceitos desta Lei aplicam-se ao Poder Executivo, administração direta e indireta, e Legislativo do Município de Jaguariaíva/PR.

§2º Considera-se âmbito local para os efeitos desta Lei o limite geográfico do Município de Jaguariaíva/PR.

§3º Considera-se âmbito regional para os efeitos desta Lei os Municípios do limite geográfico de Jaguariaíva/PR, sendo esses considerados a região dos Campos Gerais, afiliados à Associação de Municípios dos Campos Gerais - AMCG.

CAPÍTULO II DO ENQUADRAMENTO

Art. 2º Será observado e considerado para o enquadramento e aplicação do tratamento diferenciado e favorecido as empresas definidas no art. 3º, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo Único. O disposto nesta Lei aplica-se também às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do "Caput" do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não incluídos os atos cooperados e não cooperados.

CAPÍTULO III DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS

Art. 3º Na implementação da política de que trata esta Lei, a Administração Municipal:

I. Deverá:

- Realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte e assemelhados nos itens de contratação cujo valor não exceda àquela estipulada pelo inciso I do Art. 48, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Fixar, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- Conceder prazo para regularização de certidões fiscais e trabalhistas;

II. Poderá:

- Exigir dos licitantes, nos certames destinados à aquisição de obras e serviços, a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Conceder, justificadamente, prioridade de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no local ou regionalmente;
- Realizar licitações exclusivas destinadas unicamente a microempresas e empresas de pequeno porte, com sede no município ou região.

Art. 4º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes poderão estabelecer critérios para melhorar o procedimento de compra municipal, como:

- Padronizar e divulgar as especificações de bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte adequar seus produtos e serviços;
- Na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região;
- Sempre que possível, condicionar a contratação ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- Sempre que possível realizar compras de gêneros alimentícios e produtos perecíveis, preferencialmente de produtores locais ou regionais;
- Subdividir as compras, de forma adequada ao interesse público, em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade;
- Elaborar planejamento de compras de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento por parte da administração pública municipal;
- Ter preferencialmente a alimentação fornecida ou contratada com cardápio padronizado e balanceado com produtos cultivados no município ou região;
- Dar a mais ampla divulgação aos editais, preferencialmente por meio digital, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação;
- Instituir e manter cadastro próprio atualizado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região de influência, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;
- Definir, até o primeiro trimestre de cada exercício financeiro, a meta anual de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do Município.

Art. 5º Não se aplicam os benefícios previstos no Art. 3º, incisos I e II desta Lei, quando:

- Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- Decisão devidamente justificada considerar que o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a Administração Pública ou representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 74 e 75 da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021 nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I e II deste artigo.

CAPÍTULO IV DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Art. 6º As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, mediante a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

§2º A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para fins de assinatura do contrato, a ser regulamentado pelo edital de licitação.

§3º Para aplicação do disposto no §1º, como prazo para regularização fiscal e trabalhista, o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

§4º A prorrogação de prazo, previsto no §1º será concedida uma única vez.

§5º A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os §1º a §4º.

§6º A não regularização da documentação no prazo previsto no §1º a §4º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das infrações e sanções previstas na legislação em vigor, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO V DO EMPATE FICTO

Art. 7º Nas licitações de que trata esta Lei, configura-se o empate ficto, previsto no instrumento convocatório, a Administração dará preferência às microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§2º Na modalidade de prego, o intervalo percentual estabelecido no §1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§3º O disposto neste artigo somente se aplicará quanto a melhor oferta válida, não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 8º A Administração Municipal, justificadamente, poderá estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido da seguinte forma:

I. A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente mais bem classificada terá adjudicado em seu favor o objeto licitado, ou seja, será pago até 10% (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que este valor seja compatível com a realidade de mercado.

CAPÍTULO VII DA EXCLUSIVIDADE

Art. 9º A Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual – MEI e sociedades cooperativas nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou outro que venha a substituí-lo.

Parágrafo Único. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item. Assim deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor estimado pela Lei.

CAPÍTULO VIII DA EXCLUSIVIDADE POR SEDE GEOLÓGICA LOCAL OU REGIONAL

Art. 10. A Administração Pública poderá realizar licitações exclusivas destinadas unicamente a microempresas e empresas de pequeno porte, com sede geográfica no município ou na região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no Art. 1º da Lei e no Art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 em consonância com o Prejulgado 47, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou normativa equivalente da Corte de Contas que venha complementar a e/ou substituí-la.

Parágrafo Único. Para realização de licitações exclusivas previstas no "caput", a Administração Pública deverá:

- Possuir uma Política Pública elaborada, com metas definidas e controles de execução de ações adequadamente detalhadas;
- Amparar-se em planejamento estratégico e plano de ação, garantindo a circulação de recursos em determinada localidade, para atingir o escopo constitucional do tratamento diferenciado e de apoio ao pequeno empresário nas compras públicas, mitigando as desigualdades e incentivando o crescimento;
- Realizar cadastramento prévio ou consultar em seu banco próprio.

CAPÍTULO IX DO SISTEMA DE COTAS

Art. 11. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, ou apresentar risco à obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte.

§1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório poderá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou outro valor que vier a substituir nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

CAPÍTULO X DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 12. Nas licitações destinadas à contratação de obras e serviços, a Administração Municipal poderá, a depender do objeto da licitação, estabelecer no instrumento convocatório a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, com prioridade para as sediadas local ou regionalmente, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

- O percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;
- Que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- Que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão;
- Que a empresa contratada se comprometa a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar inviabilidade de substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

§1º Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§2º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§3º Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste artigo somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente; ou for um consórcio; ou uma sociedade de propósito específico formado exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

§4º A empresa contratada responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade de subcontratação.

§5º Se constar no instrumento convocatório a exigência de subcontratação, a Administração Pública deverá alertar quanto à inaplicabilidade deste instituto quando o licitante for microempresa e empresa de pequeno porte; consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte; e consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§6º São vedadas:

- A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas pelas regras do edital;
- A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da própria licitação;
- A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

Art. 13. Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração deverão ser destinados diretamente à empresa contratante, que repassará a cota a subcontratada juntando comprovante de pagamento no processo licitatório.

CAPÍTULO XI DO PROGRAMA "COMPRAS JAGUARIAÍVA"

Art. 14. Fica criado no município o programa "COMPRAS JAGUARIAÍVA" como instrumento e política pública de desenvolvimento local e regional, com base no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e em atendimento ao especificado nesta Lei.

Parágrafo Único. As diretrizes, a coordenação e a execução do programa, serão regulamentadas por Decreto do Executivo a contar da publicação desta Lei.

CAPÍTULO XII DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 15. A administração municipal deverá elaborar e divulgar, o Plano Anual de Contratações Públicas, que discriminará os respectivos processos licitatórios com benefícios para micro e pequenas empresas prestas em Lei.

Parágrafo Único. A dispensa provisória da Administração Municipal, por teor da Lei Federal deixar de dar cumprimento ao disposto neste artigo não será fundamento válido para inexecução dos termos desta Lei.

Art. 16. O Plano Anual de Contratações Públicas e os instrumentos convocatórios para os processos de licitação que prevejam o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte serão divulgados no Diário Oficial do Município e deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do Art. 12, inciso VII da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CAPÍTULO XIII DA CAPACITAÇÃO

Art. 17. Na implementação da política de que trata esta Lei, a Administração Municipal deverá capacitar continuamente os agentes públicos e empregados responsáveis pelas contratações públicas e estimular órgãos e entidades públicas e privadas a participarem as microempresas e empresas de pequeno porte visando à sua participação nos processos licitatórios.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Nos processos licitatórios regidos por esta Lei, os órgãos e entidades da Administração Municipal veicularão, sempre que possível, os instrumentos convocatórios por meio de minutas padronizadas.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, caso entenda necessário, complementando no que couber o Decreto Municipal que regula e dá aplicação a Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário, em especial, o capítulo V, da Lei Municipal nº 2577/2015. *(Emenda Parlamentar nº 13, de 25 de março de 2025).*

Paço Municipal, 08 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 3043/2025

EMENTA: Concede redução de carga horária a servidor que possua filho com deficiência e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Concede ao servidor efetivo, em exercício regular de sua função, que possua filho ou a guarda legal de pessoa com deficiência de qualquer idade, redução de carga horária semanal de até 50% (cinquenta por cento), sem redução de vencimentos. *(Emenda nº 05, de 10 de março de 2025 e Emenda nº 11, de 21 de março de 2025).*

§1º Existindo mais de um servidor responsável pela mesma pessoa com deficiência, a redução de jornada laboral se dará apenas a um destes, em casos de guarda compartilhada aquele que dispuser do maior tempo ao assidido.

§2º O servidor terá direito à redução de carga horária para acompanhamento da pessoa com deficiência sob sua responsabilidade, tanto no processo de habilitação e reabilitação, bem como para o atendimento de suas necessidades básicas diárias, conforme laudo médico que comprove a necessidade de acompanhamento. *(Emenda Parlamentar nº 09, de 17 de março de 2025).*

§3º O servidor beneficiado desta Lei perde o direito de fazer horas extras, salvo quando convocado.

§4º O servidor deverá apresentar a seguinte documentação ao Departamento de Recursos Humanos:

- a) Formulário para requerimento da redução de carga horária, integralmente preenchido;
- b) Agenda das atividades realizadas pela pessoa com deficiência;
- c) Atestado médico da deficiência com CID;
- d) Atestado médico de acompanhamento;
- e) Original e cópia da documentação comprobatória do vínculo de responsabilidade do requerente com a pessoa com deficiência e, em caso de tutela, a guarda judicial;
- f) Cópia da carteira de identidade - RG ou certidão de nascimento, da pessoa com deficiência;
- g) Exames médicos atualizados da comprovação da necessidade de atendimentos e/ou cuidados especiais de técnicos especializados em reabilitação ou terapias.

Art. 2º O servidor perderá o benefício, nos seguintes casos:

I. Cessação da necessidade do assistido de tratamento e/ou atendimento terapêutico especializado;

II. Solicitação expressa do beneficiário;

III. Morte do assistido.

IV. Laudo atestando dispensa de manutenção ou concessão do benefício.

V. A concessão do benefício não poderá ultrapassar dois anos, salvo laudo multiprofissional da comprovação da necessidade da continuidade do benefício.

Art. 3º Após a solicitação do benefício o Departamento de Recursos Humanos terá 60 (sessenta) dias para análise do pedido e reposta ao Requerente.

Parágrafo Único. Poderá ser criada comissão própria e multidisciplinar para análise dos pedidos, inclusive para análise dos laudos médicos;

Art. 4º Em caso de necessidade de renovação do benefício, o servidor deverá iniciar novo processo de solicitação com antecedência de 60 (sessenta) dias do término do seu benefício

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar a presente Lei por Decreto, se necessário.

Art. 6º Ficam revogadas a disposições em contrário.

Paço Municipal, 08 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI n°. 3044/2025

EMENTA:Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre Abandono e Maus-Tratos aos Animais no Município de Jaguariáiva e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Alan Tafarel Cardozo Monteiro.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Jaguariáiva, a “Semana Municipal de Conscientização sobre Abandono e Maus-Tratos aos Animais”, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de abril, em consonância com o “Abril Laranja”, campanha internacional de conscientização e prevenção contra maus-tratos a animais.

§1º A Semana instituída no caput tem como finalidade sensibilizar e informar a população sobre a importância do combate ao abandono e maus-tratos aos animais, incentivando a adoção de práticas responsáveis de cuidado e proteção.

§2º As atividades realizadas no período abrangerão, entre outras iniciativas:

- I. Campanhas de educação e sensibilização nas escolas e instituições públicas;
- II. Palestras e debates sobre a legislação de proteção animal e suas penalidades;
- III. Parcerias com organizações não governamentais e entidades protetoras dos animais;
- IV. Divulgação de materiais educativos em redes sociais, meios de comunicação e espaços públicos;
- V. Estimulo à participação da comunidade na fiscalização e denúncia de abandono e maus-tratos aos animais.
- VI. Discussões e ações educativas sobre a Teoria do Link (Elo), que estabelece a conexão entre maus-tratos a animais e violência contra pessoas vulneráveis.

Art. 2º Esta Lei visa reforçar as normativas já vigentes em âmbito municipal, estadual e federal, promovendo políticas públicas de prevenção e enfrentamento ao abandono e maus-tratos contra animais.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, assegurando sua plena aplicação.

Art. 4º As medidas contidas nesta Lei não acarretarão despesa ao Município.

Art. 5º Revoga a Lei 2.797/2019, de 05 de dezembro de 2019. *(Emenda Parlamentar nº 12, de 21 de março de 2025).*

Art. 6º A data proposta no projeto passará a compor o calendário oficial de eventos do município. *(Emenda Parlamentar nº 12, de 21 de março de 2025).*

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. *(Emenda Parlamentar nº 12, de 21 de março de 2025).*

Paço Municipal, 08 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO n°. 693/2025

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 05283/2025, do cargo em provimento efetivo de **DOCUMENTADOR ESCOLAR**, nomeada que fora através do Decreto nº. 292/2019, a Senhora **VIVIANE DA SILVA PRADO**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.001-3 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXX.969-51.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

HERCÍLIA TEIXEIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

DECRETO n°. 694/2025

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº. 3019/2025,

DECRETA

Artigo 1º. **NOMEIA**, para o cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE RURAL**, o senhor **ACIR ANTONIO DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.168-0 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.149-20.

Artigo 2º. Os vencimentos serão correspondentes ao símbolo CC-4 do Anexo III “Tabela de vencimentos dos Cargos de Agente Político e em Comissão” da Lei Municipal nº. 3019/2025.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

DECRETO n°. 695/2025

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2023, classificado em 1º lugar, o Senhor **ALISSON MATEUS DE SOUZA RIBAS**, portador da Cédula de Identidade RG. XXX.907-8 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.289-62, para o cargo de provimento efetivo de **FISCAL DE MEIO AMBIENTE**. Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (Art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DIVIEL DA SILVA MELO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

DECRETO n°. 696/2025

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2023, classificado em 3º lugar, o Senhor **CARLOS ALEXANDRE BARROS MIRANDA**, portador da Cédula de Identidade RG. XXX.195-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.809-41, para o cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA HABILITAÇÃO C, D e E**. Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (Art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO n°. 697/2025

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, art. 67, inciso X, XI e art. 68 da Lei Orgânica do Município, art. 23 Parágrafo Único da Lei Municipal nº. 2155/2010, art. 30 da Lei Municipal nº. 2165/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 05019/2025,

RESOLVE

Artigo 1º. **DELEGAR**, ao senhor **ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA**, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, à **HOMOLOGAR ATO DE ESTABILIDADE**, por meio de Portaria, aos servidores com cargo em provimento efetivo, em conformidade com o artigo 23, Parágrafo Único da Lei Municipal nº. 2155/2010, após análise do Secretário Responsável, e, ulterior submissão à avaliação da Comissão de Estágio Probatório.

Artigo 2º. As atribuições acima descritas incorrerão nos mesmos impedimentos do Prefeito Municipal, conforme Parágrafo Único do art. 68, da LOM.

Artigo 3º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º, da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 4º. Fica Revogado o Decreto nº. 218/2024.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PERES GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n°. 698/2025

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2023, classificada em 14º lugar, a Senhora **VIVIANE DA SILVA PRADO**, portadora da Cédula de Identidade RG. XXX.001-3 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXX.969-51, para o cargo de provimento efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**. Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (Art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

CLÉIA APARECIDA VALENGA SLOBODA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

DECRETO n°. 699/2025

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 05339/2025,

RESOLVE

Artigo 1º. **REVOGAR** a concessão de **Gratificação de Função FG 03**, ao servidor com cargo em provimento efetivo de Motorista Veículos Pesados, senhor **SILVIO CEZAR DE ALMEIDA**, matrícula nº. 1.046, concedida através do Decreto nº. 614/2025.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR

Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação

Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta

(43) 3535-9306

E-mail: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

DECRETO nº. 700/2025

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº. 1922/2009; c/c art. 61, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 05190/2025,

Considerando, a Lei Municipal nº. 2903/2022 de 25/03/2022;

Considerando a necessidade de que o servidor esteja à disposição da Administração sempre que chamado, e está à disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES, nas diversas atribuições que lhe foi incumbida;

Considerando os princípios básicos estabelecidos no artigo 37 da nossa Lei maior, bem como o princípio da supremacia do interesse público;

Considerando o cumprimento do artigo 3º. da Lei Municipal nº. 2903/2022, onde a Secretária da Pasta requereu e o Chefe do Poder Executivo aprovou seu pedido;

Considerando que, além do servidor exercer as funções próprias de seu cargo de Psicólogo junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES, é responsável pelo acompanhamento dos Serviços de Convivência para famílias e idosos do CRAS Pedrinha e Primavera e da área rural,

RESOLVE

Artigo 1º. CONCEDER ao servidor com cargo em provimento efetivo de **PSICÓLOGO**, senhor **FÁBIO WITSMISZIN BARBOSA**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.736-80 II/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.509-50, matriculado sob nº. 3.171, **Gratificação de Função FG 10**, o que corresponde ao percentual de 100% (cem por cento), do vencimento básico de carreira.

Artigo 2º. Fica revogado o Decreto 126/2025.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

CLÉIA APARECIDA VALENÇA SLOBODA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

DECRETO nº. 701/2025

Súmula: Concede aposentadoria por invalidez à servidora Amantina Fanha.

O PREFEITO DE JAGUARIAÍVA, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no art. 67, X e XI, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro no artigo 40, §1º, I da Constituição da República Federativa do Brasil (redação da EC41/2003), art. 6º-A da EC 41/2003 com redação dada pela EC 70/2012, e tendo em vista o que consta no Processo sob o nº. 085/2025 - IPASMJ e Protocolo Geral sob nº. 05194/2025,

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, à servidora **AMANTINA FANHA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.516-SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.929-04, no cargo de Telefonista.

Parágrafo Único. Os proventos serão proporcionais, correspondente a 100% de sua última remuneração, à razão de **R\$ 825,45** (oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos) **por mês, totalizando R\$ 9.905,40** (nove mil, novecentos e cinco reais e quarenta centavos) **anuais**, assegurando-se a revisão do benefício na mesma data e forma em que se der o aplicado pelo Regime Geral de Previdência Social.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/11/2009, data da inativação da servidora e revogando o Decreto nº. 495/2009.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PERES GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ



SENJUR

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL Nº5183/2025, 2º Termo Aditivo ao Contrato da Administração do Aluguel social. Locadora: IMOBILIÁRIA TEIXEIRA, CNPJ 04.074.200/0001-40. Beneficiária: JEAN CARLOS DOS SANTOS MARQUES. Vigência: 27/04/2025 à 27/10/2025.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE:
MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 76.910.900/0001, com sede a Praça Isabel Branco, nº 142, Bairro Cidade Alta, Jaguariáiva-PR, CEP 84200-000.

CONSIDERANDO a vistoria *in loco* qual os agentes de fiscalização constatarem que o terreno necessita de limpeza;

CONSIDERANDO o art. 14, §1º da Lei Municipal nº 2764/2018, Código de Posturas do Município, que dispõe: "Art. 14. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de limpeza os seus quintais, pátios, terrenos, edificações, piscinas, telhados, calhas, marquises e coberturas, § 1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos demato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município. Além de que a limpeza evita a proliferação de doenças causadas pelo mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue e outras doenças;

CONSIDERANDO o art. Art. 104 da Lei 2764/2018. "É proibido qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: (solo, água e ar), causada por substância sólida, líquida, gasosa, ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente: I, deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular";

CONSIDERANDO a Lei nº 2764/2018, "Art. 102. É proibido o acúmulo de lixo em áreas públicas ou privadas, como medida preventiva ao desenvolvimento de vetores que possam causar danos à saúde pública, sob pena de multa.

CONSIDERANDO a Lei nº 2764/2018 – TAXAS DE COLETA DE LIXO E DE LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, de acordo com seu art. 5º, haverá penalidades e acréscimos no pagamento da taxa de coleta de lixo, caso ocorra prestação de serviços especiais. De acordo com o art. 6º, I – "O pagamento: a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de containers, entulhos de obras, aparas de jardim, de bens imóveis impróprios, de lixo extraordinário resultante de atividades especiais, de animais abandonados ou mortos, de veículos abandonados, de capina de terrenos, de limpeza de prédios e terrenos e de deposição de lixo em aterros";

O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA Notifica para que no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento desta, o NOTIFICADO apresente defesa, devendo fazê-la em requerimento mediante protocolo e efetue a reparação das irregularidades encontradas pelos agentes de fiscalização, sob pena de a Prefeitura fazê-la, cobrando a taxa de limpeza nos respectivos camês quando do lançamento do IPTU, art. 17 c/c art. 185, II, art. 186, art. 187 e art. 188, da Lei Municipal nº 2764/2018.

Jaguariáiva/Pr, 03 de abril 2025.

NILSON FRANCA DOS SANTOS
Diretor Senjur

A lista com o nome dos proprietários de lotes urbanos não edificados ou sem regularização da edificação junto ao cadastro imobiliário municipal, encontrase afixada no mural de editais do Paço Municipal ou no site da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva.

Protocolo	NOME	CPF	ENDEREÇO	Cadastro nº	Matrícula
4938/2025	Usina Velha Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA	CNPJ 19455892/0001-43	Rua Nha Chica, Bairro Residencial Usina Velha,	13122	16235
4938/2025	Wilverton Regis Novello	xxx.xxx.728-44	Rua Nha Chica, Bairro Residencial Usina Velha,	13124	16237
4938/2025	Rubens Joselei Simões	xxx.xxx.319-04	Rua Padre Cicero Romão Batista, Bairro Residencial Usina Velha	13116	16229
4938/2025	Dairani Iank	xxx.xxx.919-59	Rua Padre Cicero Romão Batista, Bairro Residencial Usina Velha	13119	16232
4938/2025	Joelma Roberto Branco	xxx.xxx.239-15	Rua Padre Cicero Romão Batista, Bairro Residencial Usina Velha	13120	16233
4938/2025	Valeria Antunes de Moura	xxx.xxx.038-09	Rua Padre Cicero Romão Batista, Bairro Residencial Usina Velha	13114	13115
4938/2025	Daniilo Augusto Ferreira de Jesus	xxx.xxx.429-62	Rua Miguel Caill Fadel, Bairro Usina Velha,	13132	16245
4938/2025	Sebastião Sérgio Pedro	xxx.xxx.139-68	Rua Nha Chica, Bairro Residencial Usina Velha	13131	16244
4938/2025	Andre Luis Camargo	xxx.xxx.688-19	Rua Padre Cicero Romão, Bairro Residencial Usina Velha	13113	16228
4938/2025	Andressa Wolters	xxx.xxx.669-90	Rua Miguel Caill Fadel, Bairro Usina Velha,	13133	16243
4938/2025	Raquel Westphalen Carlos Gomes	xxx.xxx.129-20	Rua Do Mafadouro, bairro Residencial Usina Velha	13097	16209
4938/2025	Ronaldo José de Melo	xxx.xxx.179-30	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13098	16210
4938/2025	Rafael Antonio Pereira	xxx.xxx.809-59	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13099	16211
4938/2025	Zuleima Martins dos Santos	xxx.xxx.359-53	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13103	16216
4938/2025	Juliane Aparecida Gouveia	xxx.xxx.669-61	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13100	16212
4938/2025	Anelis Jorge Anaisi	xxx.xxx.259-91	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13101	16213
4938/2025	Monistal Comercio de Materiais Elétricos Ltda	CNPJ 04730033/0001-31	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13102	16214
4938/2025	Raquel Westphalen Carlos Gomes	xxx.xxx.129-20	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	12313	16215
4938/2025	Raquel Alex Barrella	xxx.xxx.469-46	Rua Lourdes Rodrigues, bairro Residencial Usina Velha	13091	16203
4938/2025	Renato Rodrigues Biscaia	xxx.xxx.259-95	Rua João Luiz Vieira Almeida, bairro Residencial Usina Velha	13081	16193
4938/2025	Vincius Fanchin	xxx.xxx.756-58	Rua João Luiz Vieira Almeida, bairro Residencial Usina Velha	13077	16189

4938/2025	Usina Velha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	CNPJ 19455892/0001-43	Rua João Luiz Vieira Almeida, bairro Residencial Usina Velha	13083	16195
4938/2025	Adrielton Wesley Lemes	xxx.xxx.899-42	Rua João Luiz Vieira Almeida, bairro Residencial Usina Velha	13079	16191
4938/2025	Fabrizio Ziemer da Cruz	xxx.xxx.725-44	Rua Nha Chica, bairro Residencial Usina Velha	13156	16289
4938/2025	Helton da Silva Fernandes	xxx.xxx.709-48	Rua Nha Chica, bairro Residencial Usina Velha	13153	16286
4938/2025	Usina Velha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	CNPJ 19455892/0001-43	Rua Nha Chica, bairro Residencial Usina Velha	13148	16281
				13144	16237
				13145	16258



SEARH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 048
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2023, resolve:

CONVOCAR

Os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 022/2023 para que no período de **09 a 23 de abril de 2025**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva:

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos dependentes até 21 anos;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP (ativo);
- Carteira de Trabalho digital;
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos dependentes até 21 anos
- Extrato previdenciário (CNS – Cadastro Nacional de Informações Sociais)
- Exame toxicológico com resultado negativo e dentro do prazo de validade (para o cargo de motorista C, D e E, operador de máquinas pesadas, tratorista e guarda civil municipal)
- para o cargo de Motorista Habilitação C, D e E, Cursos de Transporte Coletivo de Passageiros, Transporte Escolar, Cargas de Produtos Perigosos e Veículos de Emergência.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
17º	ANGELA CRISTINA GARCIA	12082	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS DEVIDO APOSENTADORIA DE ROSILDA DA SILVA OLIVEIRA SANTOS E DEVIDO PEDIDO DE FINAL DE LISTA DE SILVANA DE FATIMA OLINDO AUER

Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, em 09 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 058
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhora **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2021, resolve:

CONVOCAR

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 10/2022 para que no período de **09 a 23 de abril 2025**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva.

- 01 (uma) Foto 3x4 recente;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos dependentes até 21 anos;
- Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);
- Comprovante de inscrição no PIS / PASEP (ativo);
- Carteira de Trabalho digital;
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);
- Certidão de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Habilitação no Órgão de Classe;
- RG e CPF do cônjuge ou companheiro(a);
- CPF dos filhos dependentes até 21 anos
- Extrato previdenciário (CNS – Cadastro Nacional de Informações Sociais)
- Exame toxicológico com resultado negativo e dentro do prazo de validade (para o cargo de motorista C, D e E, operador de máquinas pesadas, tratorista e guarda civil municipal)
- para o cargo de Motorista Habilitação C, D e E, Cursos de Transporte Coletivo de Passageiros, Transporte Escolar, Cargas de Produtos Perigosos e Veículos de Emergência.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
38º	ANA CAROLINE NUNES DOS SANTOS	246245	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMIC

Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, em 09 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



SEFIP

Prefeitura Municipal de Jaguariáiva
Departamento de Compras e Licitação
AVISO DE APRAZAMENTO P/RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13-2025

No Aviso de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13-2025, fica APRAZADO, em virtude de Impugnação ao Edital, assim, onde se leu: PREGÃO ELETRÔNICO 13-2025, Abertura dia 16/04/2025. Leia-se **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13-2025 COM ABERTURA DIA 25/04/2025, ÀS 09:00 HORAS**.

Jaguariáiva, 07 de Abril de 2025.

Vinicius Weigert
Agente de contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº03/2025

OBJETO: Contratação de Empresa para a Construção do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI PORTAL DO SERTÃO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30min do dia 10/04/2024 às 13:30 min horas do dia 30 de Abril de 2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 13:31min às 13:59 do dia 30 de abril de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00min horas do dia 30 de abril de 2025.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.blicompras.org.br Ou através do e-mail: comprasjag@gmail.com - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9437 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariáiva, 07 de Abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº16/2025

OBJETO: Aquisição de Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica e Concreto Betuminoso usinado a quente para Aplicação a frio.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:30min do dia 10/04/2025 às 08:30 min horas do dia 29 de Abril de 2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08:31min às 08:59 do dia 29 de abril de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min horas do dia 29 de abril de 2025.

LOCAL DE ABERTURA: Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: www.blicompras.org.br Ou através do e-mail: comprasjag@gmail.com - Maiores Informações no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9437 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguariáiva, 07 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

OBJETO: Sistema de Registro de Preço para Aquisição de Materiais para Artesanato para as oficinas terapêuticas do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 10 de abril de 2025, às 08h50min do dia 28 de abril de 2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h51min às 09h00 do dia 28 de abril de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 28 de abril de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://http://blicompras.com> <https://portal.jaguariaiva.pr.gov.br/transparenciav2/licitacoes/> Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.

Jaguariáiva, 08 de Abril de 2025

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREÇO ELETRÔNICO Nº 14/2025

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio de sua Pregoeira designado pelo Decreto Municipal Nº 302/2025, torna público a todos os interessados no Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em saúde ocupacional, segurança do trabalho e E-Social.**, está **SUSPENSO**, em virtude de reavaliações na solicitação e posterior edital.

Jaguariáiva, 09 de abril de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
1º ADITIVO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024

OBJETO: a) Realizar o reajuste de valores da Ata de Registro de Preços n.º 154/2024, de acordo com o Processo Administrativo n.º 2336/2025 e 2841/2025 (fls. 733 a 759), onde consta manifestação favorável do fiscal do contrato da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEDUL. **Alteram-se os valores unitários aplicados na ata de origem, nos seguintes termos:**

Item	Especificação	Novo VALOR UNITÁRIO
05	Pneu 275/80 R22.5 Borrachudo Misto	R\$ 2.396,00
28	Pneu 255/75 R15	R\$ 692,00

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO 1º ADITIVO Nº 418/2024
CONTRATADA: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA
CNPJ: 17.092.175/0001-79

JAGUARIAÍVA, 09 DE ABRIL DE 2025



IPASPMJ

Extrato de contrato administrativo de estágio remunerado – estágio curricular não obrigatório. Contrato administrativo nº 01/2025 – estagiária Larissa Fernanda Labres, CPF nº XXX.XXX.369-76 – Firmado em 01/04/2025. Presidente executivo do IPASPMJ, Valdemir Ferreira.

PROCESSO ELEITORAL ESPECÍFICO – IPASPMJ
Edital de divulgação do deferimento das inscrições e relação de inscritos

A Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Município de Jaguariáiva – IPASPMJ, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao que determina a Lei Municipal nº 2037/2009 de 17 de dezembro de 2009, torna público o resultado da análise das inscrições para o processo eleitoral específico de escolha de representantes dos Servidores em ativos e inativos, para composição dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPASPMJ.

1º- Ficam deferidas e homologadas as inscrições abaixo relacionadas:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Servidores ativos.
FABRICIO ZIEMER DA CRUZ
ROZILDA DA SILVA XAVIER SANTOS
WELINGTON VITORIO FITZ
Servidores inativos
MARIA DE LOURDES QUINTILHANO
GIOVANA DE FATIMA P. DE MELLO
LUCILENE DE FATIMA SOARES DA SILVA
CLAUDIANE DROBENKO

CONSELHO FISCAL
Servidores ativos.
ROSANGELA DE MOURA ABREU
ANDREIA APARECIDA VALENTIM
EDIMARCIA FLORES VIANA PESSA
Servidores inativos
DANIEL DIAS (ZIKI)
SIMONE LEITE CUNHA

Jaguariáiva, 09 de abril de 2025.

Valdemir Ferreira
Presidente Executivo do IPASPMJ

Obs.: A votação ocorrerá no dia **23/04/2025, das 08 horas às 16 horas**, ininterruptamente, **no saalho do prédio da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva**, sito à Praça Isabel Branco, 142, Cidade Alta, Jaguariáiva-PR, com apuração imediata após o encerramento da votação.



SAMAE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2024

1) TIPO: MENOR PREÇO

2) OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telefonia IP, incluindo fornecimento, implantação, instalação, habilitação, configuração e manutenção, com suporte técnico especializado. O serviço abrangerá ligações locais e nacionais para telefones fixos e móveis, além da disponibilização de URA (Unidade de Resposta Auditiva) para atendimento automático e licenças para ramais IP, com periodicidade mensal. Descritos no Termo de Referência.

3) PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: das 09:00h do dia 09/04/2025 às 17:00h do dia 14/04/2025 – horário de Brasília.

4) ENDEREÇO PARA ENVIO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: A proposta de preços, deverá ser encaminhada via e-mail, para o endereço eletrônico: compraslicitacoes@samaeiv.com.br, fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 ou pode ser protocolada diretamente no Protocolo Geral do SAMAE, localizado na Rua Porto Velho, nº 140, Jardim São Roque, Jaguariáiva-PR, em envelope fechado, fazendo referência à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025.

5) LOCAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: www.samaeiv.com.br/licitacoes/

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguariáiva PR, telefone (43) 3535-1579/3535-9211.

Jaguariáiva, 09 de abril de 2025.

Andréia Cristina de Matos
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025

1) Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

2) Objeto: Registro de preços para aquisição de itens de higiene e limpeza, bem como itens para copa e cozinha (ex.: café, aplicador) para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Jaguariáiva. Descritos no Edital e anexo I.

3) Abertura da Licitação: 25/04/2025 às 09:00 horas

4) Recebimento das Propostas: das 09:00 horas do dia 09/04/2025 às 08:30 horas do dia 25/04/2025.

5) Início da Sessão de Disputa de Preços: 09:00 horas do dia 25/04/2025.

6) Local: Sede do SAMAE, Rua Porto Velho, 140.
O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site www.samaeiv.com.br ou www.blicompras.org.br

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguariáiva PR, telefone (43) 3535-9200/3535-9211.

Jaguariáiva, 09 de abril de 2025.

Nei Aparecido Camilo
Pregoeiro do SAMAE



CÂMARA

EXTRATO - CONTRATO Nº 09/2022

3º TERMO DE APOSTILAMENTO Pregão Presencial nº 04/2022

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA**

Contratado: **POSTOS PELANDA COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ: 78.901.915/0005-99**

End.: Av. Governador Paulo Da Cruz Pimentel, 363 - Cep: 84200-000 - Bairro: Jardim Nossa Senhora de Fatima.

Objeto: Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo serviço de fornecimento de gasolina comum, o seguinte valor unitário por litro: R\$ 6,79 (Seis Reais e Setenta e nove Centavos), sem alterar o valor global inicial do Contrato nº 09/2022.

Jaguariáiva, 27 de março de 2025.

DIMAS ALBERTO FARIA CORREA
Vereador-Presidente

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
Processo Dispensa de Licitação Nº 5/2025

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA**
Contratado: **SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA**

Participante/Vencedor	Valor R\$	Valor R\$ por extenso	Condições de pagamento
SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA CNPJ 05.257.922/0001-00	R\$ 19.904,00	Dezenove mil Novecentos e quatro Reais	MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL

Objeto: Contratação de serviços STFC (serviço telefônico fixo comutado) e cloud PABX composto por: Linhas SIP, ligações limitadas para telefones fixos nacionais, ligações limitadas para telefones móveis nacionais, ramais Cloud suporte e manutenção acesso Web aos relatórios de ligações de entrada/saída.

Valor Global: R\$19.904,00 (Dezenove mil Novecentos e quatro Reais)

DOTAÇÕES
- 3.3.90.40.01.00 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE

Jaguariáiva, 08 de abril de 2025

DIMAS ALBERTO FARIA CORREA
Câmara Municipal de Jaguariáiva-PR
Vereador-Presidente

B | NoPaper

Data de criação do documento: 08/04/2025 às 14:58:33

Assinantes

✓ Dimas Alberto Correa
Assinou em 08/04/2025 às 15:09:21 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Dimas Alberto Correa, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2023, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud e insira o código abaixo:

1M6 290 K9W LZX

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(s) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 5/2025
b) Nr. Licitação: 5/2025 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 08/04/2025
e) Objeto da Licitação: Contratação de serviços STFC (serviço telefônico fixo comutado) e cloud PABX, composto por: Linhas SIP, ligações limitadas para telefones fixos nacionais, ligações limitadas para telefones móveis nacionais, ramais Cloud suporte e manutenção acesso Web aos relatórios de ligações de entrada/saída.

Participante: SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LINK SIP COM 10 CANAIS E 50 DDI'S (4833535-8750 A 8799)	12.000	SV	599,00	7.188,00
2	LIGAÇÕES SIMULTÂNEAS ILIMITADAS PARA FIXO E MÓVEL NACIONAL, COM PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS	384.000	SV	11,25	4.320,00
3	SERVIÇO DE TELEFONIA EM NÚMERO CLOUD PABX	12.000	SV	49,00	588,00
4	TERMINAL DE ATENDIMENTO TELEFONISTA 30 TECLAS	360.000	SV	17,00	6.120,00
5	APARELHO TELEFÔNICO IP DE MESA COM FIO 10/100	12.000	SV	24,00	288,00
6	BASE IP GARA FONE MÓVEL SEM FIO	12.000	SV	35,00	420,00
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, HABILITAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, E MANUTENÇÃO DOS ITENS FORNECIDOS, PARCELA ÚNICA	1.000	SV	980,00	980,00
Total do Participante:					19.904,00

Total Geral: 19.904,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do Poder Legislativo	01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.40.00	R\$ 19.904,00

Jaguariá, 08/04/2025

Assinatura do Responsável

B | NoPaper

Data de criação do documento: 08/04/2025 às 14:55:49

Assinantes

✓ **Dimas Alberto Correa**
Assinou em 08/04/2025 às 15:09:15 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Dimas Alberto Correa, entro dentro das normas descritas na Lei nº 14.069/2007, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud e insira o código abaixo:

Y84 SRO WN7 1KM